

A. I. N° - 216475.0006/09-2
AUTUADO - OUROQUIPE AUTOMAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - LÍVIA MATOS GOMES DA SILVA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 18/03/2011

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0024-03/11

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização. Refeitos os cálculos pela autuante, o débito originalmente apurado ficou reduzido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/12/2009, refere-se à exigência de R\$4.049,96 de ICMS, acrescido da multa de 50%, pela falta de recolhimento do imposto referente à antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte do Simples Nacional, nas aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de julho e agosto de 2007; maio, junho e julho de 2008.

O autuado apresentou impugnação à fl. 10 dos autos, alegando que em relação ao débito exigido no mês 07/2007, os documentos fiscais relacionados encontram-se escriturados, exceto as NFs 6484 e 78354, que foram lançadas no livro Registro de Entrada do mês 08/2007. Informa que o ICMS relativo à antecipação parcial de todas as notas fiscais foi objeto do processo de parcelamento de nº 1041108-1, com autorização de débito automático em conta corrente. Diz que em relação à NF 592337, embora esteja escriturada no mês 07/2007, o ICMS por substituição tributária foi pago ao fornecedor, conforme comprova a própria nota fiscal.

Quanto ao valor de R\$1.041,50 (mês 08/2007), alega que o imposto relativo à NF nº 26288 de 06/08/2007, foi cobrado pela autuante em duplicidade, por isso, o valor de R\$ 225,00, cobrado em duplicidade, deve ser excluído. Também alega que a nota fiscal nº 4929 com valor de ICMS cobrado de R\$ 498,50 foi lançada em 08/2008 conforme Registro de Entrada e o ICMS foi pago através do parcelamento feito em 17/10/2008, citado no item anterior. Em relação à Nota Fiscal nº 20621 com imposto a recolher no valor de R\$ 93,00, o autuado informa que não discute a exigência fiscal e solicita emissão de DAE para pagamento imediato.

Em relação ao valor de R\$ 1.037,99, exigido no mês 05/2008, alega que a soma do imposto deste item é de apenas R\$ 637,30, devendo ser reformulado o cálculo feito erroneamente pela autuante. Diz que o mencionado valor se refere às notas fiscais de nºs 291482 e 292357 com imposto a recolher no valor de R\$ 224,18 e R\$ 413,12, respectivamente, que o defendente não discute e solicita os DAES para pagamento.

Quanto ao débito relativo ao mês 06/2008, no valor de Valor R\$ 112,92, informa que o ICMS foi pago no parcelamento de 22/12/2009 de nº 974508-4, com autorização de débito em conta corrente.

No que se refere ao valor R\$ 1.124,64, relativo ao mês 07/2008, o defendente diz que se refere às Notas Fiscais de números 300041 e 300110, que foram lançadas no registro de entrada de 08/2008 e o ICMS de R\$ 84,29 e R\$ 1.040,35, respectivamente, foi devidamente pago através do parcelamento de nº 974508-4 de 22/12/2008, com autorização de débito em conta corrente.

Finaliza, pedindo a emissão dos DAE'S para pagamento do imposto relativo às notas fiscais não impugnadas, pedindo que em relação aos demais itens do auto em questão, sejam considerados improcedentes.

A autuante prestou informação fiscal às fls. 47 a 50 dos autos. Quanto ao mês 07/2007, diz que o autuado comprovou os pagamentos realizados com as cópias do parcelamento e das notas fiscais. Em relação aos meses 08/2007 e 05/2008, informa que o defendente reconhece o débito de R\$93,00 e R\$637,30, respectivamente. Quanto aos débitos referentes aos meses de junho e julho de 2008, diz que o imposto exigido foi recolhido por meio do parcelamento de débito, conforme cópias acostadas aos autos. Pede a procedência parcial do presente Auto de Infração. Juntou novos demonstrativos às fls. 51/52 dos autos, apurando o imposto no valor de R\$93,00 e R\$637,30, nos meses 08/2007 e 05/2008, respectivamente.

O defendente foi intimado da informação fiscal e dos novos demonstrativos elaborados pela autuante, conforme intimação e Aviso de Recebimento às fls. 56/57, tendo sido concedido o prazo de dez dias para se manifestar. Decorrido o prazo concedido, o autuado não apresentou qualquer manifestação.

Consta às fls. 59/60 dos autos, extrato do Sistema SIGAT relativo ao pagamento de parte do débito apurado, no valor principal total de R\$730,30, sendo R\$93,00 referentes ao mês 08/2007 e R\$637,30 do mês 05/2008.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação parcial, na condição de empresa de optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de julho e agosto de 2007; maio, junho e julho de 2008, conforme demonstrativo às fls. 05/05 do PAF.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96, sendo devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização.

O autuado reconhece o ICMS exigido apenas em relação aos meses de agosto de 2007 e maio de 2008 e informa nas razões de defesa que efetuou o recolhimento do imposto, por meio de parcelamento de débito que acostou às fls. 30/40 do PAF. Também alegou que houve lançamento pela autuante em duplicidade; exigência de antecipação parcial referente a mercadoria da substituição tributária e imposto já recolhido antes da ação fiscal.

Para comprovar as alegações defensivas o autuado juntou ao presente processo, além de cópia do parcelamento de débito, cópias do livro Registro de Entradas e de DAEs de recolhimento do imposto.

Por sua vez, o autuante, na informação fiscal prestada às fls. 47/50 dos autos, acatou as alegações defensivas e elaborou novos demonstrativos às fls. 51/52 dos autos, apurando o imposto no valor de R\$93,00 e R\$637,30, nos meses 08/2007 e 05/2008, respectivamente..

Considerando que as cópias dos DAEs acostadas aos autos pelo defendente comprovando que os recolhimentos foram realizados antes da ação fiscal, e a informação fiscal prestada pela autuante, concluo que persiste o débito relativo à antecipação parcial, somente em relação aos meses apurados nos novos demonstrativos elaborados pela autuante, não contestados pelo defendente. Portanto, inexistente controvérsia após a informação fiscal.

Quanto à multa indicada no presente lançamento, observo que foi consignado o percentual de 50%, com base no art. 42, inciso I, alínea "b", item 1, da Lei nº 7.014/96. Entretanto, deve ser

retificado o percentual da multa para 60%, com base no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **216475.0006/09-2**, lavrado contra **OUROQUIPE AUTOMAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$730,30**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2011

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA